

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Covid-19 leva Petrobras a renegociar contratos de gás	2
Título: Usinas podem ficar sem caixa para safra 2020/21	3
Título: Braskem adia mais uma vez balanço de 2019	5
Título: Petróleo tem queda de 66% no 1º trimestre.....	6
Título: Governo apoia técnicos para CCEE e ONS	8
Título: Usinas produzem álcool para hospitais públicos	10
Título: Presidente está louco, diz líder de caminhoneiros	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Coronavírus castiga a Petrobrás em Nova York.....	13
Título: Agronegócio: ainda bom, mas com riscos	14
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: ‘Prioridade é sustentar operações e empregos’	16
Título: No tempo das cavernas	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/04/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Covid-19 leva Petrobras a renegociar contratos de gás**

Em meio à crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus e os seus efeitos sobre o consumo de gás natural no Brasil, a Petrobras, distribuidoras e transportadoras de gás iniciaram uma rodada de renegociação geral das condições de seus contratos, segundo três fontes consultadas pelo **Valor**. O desequilíbrio do mercado provocou a necessidade de um rearranjo geral das relações comerciais no setor, a ponto de a Agência Nacional do Petróleo (ANP) ter sido chamada para mediar os acordos.

Todas as concessionárias estaduais recorreram às cláusulas de força maior e pedem a revisão das penalidades dos seus contratos de fornecimento com a petroleira, apurou a reportagem. Ao mesmo tempo, a Petrobras alega o mesmo motivo para pedir a flexibilização de seus contratos com as transportadoras.

Em meio a essa disputa, a estatal anunciou ontem a abertura do processo de desinvestimentos de seus 10% remanescentes na Nova Transportadora do Sudeste (NTS).

No caso da negociação entre Petrobras e distribuidoras, a pauta na mesa de negociações gira em torno, sobretudo, da cláusula de “take-or-pay” - pegue ou pague, volume mínimo de gás que a distribuidora se compromete a retirar e pelo qual paga independente de consumir. Com a queda da demanda, as concessionárias ficam expostas.

Os contratos entre distribuidoras e grandes consumidores seguem a mesma lógica. Ou seja, um acordo entre as concessionárias e a Petrobras permitiria que a flexibilização das penalidades seja estendida também para a indústria.

Situação parecida tem ocorrido com a própria Petrobras, que contrata a capacidade de transporte de gasodutos, mas em função da queda do consumo de gás, pede a flexibilização das cláusulas de “ship-or-pay” - pagamento mínimo pela disponibilidade dos gasodutos, independente do volume efetivamente movimentado.

Segundo uma das fontes consultadas, as partes estão negociando até que ponto dá para flexibilizar os contratos. Uma das fontes disse que o denominador comum passa pela suspensão temporária das cláusulas de “take-or-pay” e “ship-or-pay”. A proposta que começa a ganhar corpo, de acordo com a fonte, é que

as distribuidoras paguem, durante três meses, apenas pelos volumes efetivamente retirados.

Ao fim do prazo de anistia, as companhias pagariam à Petrobras, em parcelas, a diferença entre o gás retirado e o compromisso de “take-or-pay” assumido em contrato. O mesmo racional seria replicado para os contratos entre a petroleira e as transportadoras.

Segundo uma fonte, o consumo de gás caiu praticamente pela metade, sobretudo entre os segmentos industrial, térmico e comercial, durante o período de restrições à circulação de pessoas imposto pelas autoridades, como medida de prevenção à pandemia. Em São Paulo, principal mercado de gás, a agência reguladora estadual (Arsesp) proibiu que as distribuidoras suspendam, até 31 de maio, o fornecimento por inadimplência entre residências e pequenos comércios. A Arsesp também suspendeu a cobrança de “take-or-pay” junto às indústrias atendidas pela Comgás, Naturgy e GasBrasilião. No Rio de Janeiro, o governo estadual anunciou medida semelhante, para suspensão, por 30 dias, de cortes de gás em razão da inadimplência de clientes dos segmentos residencial e comercial de pequeno porte.

Procurada, a Naturgy, controladora da CEG e CEG Rio, informou que as negociações com a Petrobras até o momento se concentram na flexibilização das penalidades previstas nos contratos e que são automaticamente repassadas aos clientes. A medida beneficia principalmente grandes consumidores que têm contratos com a cláusula “take-or-pay”, e que foram efetivamente afetados pela crise da covid-19. O percentual de indústrias beneficiadas responde por 73% do volume de gás consumido na Região Metropolitana do Rio (área da CEG) e por 89% interior do Estado (CEG Rio). Petrobras, Comgás e Abegás, representante das distribuidoras, não comentam.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Usinas podem ficar sem caixa para safra 2020/21

A forte diminuição das compras de etanol pelas distribuidoras, tanto dos volumes já contratados como dos que começariam a ser contratados neste início da safra 2020/21, temporada que começa hoje, se prolongada por mais três meses, pode levar a maioria das usinas do Centro-Sul a não ter caixa para prosseguir as operações da safra. Essa é a avaliação do diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), Antonio de Padua Rodrigues.

Dada a ampla disparidade na situação de liquidez e de flexibilidade produtiva no setor, alguns grupos ainda conseguem bancar os custos da safra por mais meses e maximizar a produção de açúcar, boa parte já contratado. “Mas quem não tem três meses de capital de giro terá mais dificuldade. E muitas não passam de um mês, mesmo vendendo pouco”.

Nos primeiros seis meses da safra, as usinas desembolsam 70% de seu faturamento com custos operacionais. Isso equivale a cerca de R\$ 62 bilhões, considerando a receita da temporada 2019/20, de R\$ 88,5 bilhões, segundo a Unica.

As usinas estão buscando renegociar os termos dos contratos com as distribuidoras para preservar alguma receita, mas algumas já pedem a intervenção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A NovaBio, que representa 40 usinas, sobretudo do Nordeste, enviou carta pedindo à ANP para “coibir excessos” e buscar “uma solução regulatória menos recessiva para os produtores”. A Unica ainda discutirá posicionamento interno.

Em nota ao **Valor**, a agência disse que não faz parte de suas competências “intervir na execução contratual entre os agentes regulados, cabendo aos mesmos e dentro das regras ali estabelecidas cumprirem os compromissos assumidos ou proporem renegociação” para novos acordos.

A BR Distribuidora, que enviou carta a todos os seus fornecedores - inclusive à Petrobras e a importadores -, disse que não invocou o mecanismo de “força maior” e que enviou carta “para ajudá-los no planejamento” dados os impactos do coronavírus. Desde meados de março, as vendas diárias do ciclo Otto da distribuidora caíram 50%.

“Usamos o termo ‘força maior’ para contextualizar. Não quero nem vou usar isso”, afirmou Marcelo Bragança, diretor de Operações, Logística e Sourcing da BR. Legalmente, o acionamento formal do mecanismo desobriga as partes de cumprimento do contrato. Mas, segundo Bragança, “não tem nenhuma ação unilateral da companhia de cancelar. Vamos negociar com cada um”.

Segundo Bragança, “praticamente todos os fornecedores retornaram” e estão sendo renegociados tanto alongamento do prazo de entrega como redução de volumes.

Em nota, a Raízen informou que “começou a sinalizar aos seus fornecedores de etanol a necessidade de revisão dos volumes originalmente programados” e que deu “a notícia sobre o evento de força maior em curso o quanto antes possível”.

Um usineiro do Centro-Oeste, que preferiu não se identificar, avaliou que a revisão dos contratos deve ter impacto limitado, já que os contratos atuais referem-se a entregas para abril e maio, com poucos casos de contratos de longo prazo.

E, como o mix desta safra será mais açucareiro, as usinas podem ter alguma receita com açúcar. Embora seja um mercado de menor liquidez, 80% da venda pode ser recebido na semana seguinte à entrega à trading, e 20% na conclusão do embarque, segundo um trader.

A preocupação maior é com os contratos de anidro para 12 meses. Pela regra da ANP, as distribuidoras devem contratar 70% da demanda anidro de um ano até o fim de abril. Mas as distribuidoras já pediram à ANP mais prazo e a reavaliação dos volumes a serem contratados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem adia mais uma vez balanço de 2019

KPMG ainda estaria avaliando alguns dados de exercícios anteriores a 2019, mais especificamente 2017 e 2018

A Braskem, petroquímica controlada pela Odebrecht, adiou pela segunda vez a publicação dos resultados financeiros do quarto trimestre e de 2019. A companhia informou ontem que ainda trabalha junto aos auditores independentes, a KPMG, para conclusão das demonstrações financeiras do ano passado, que inicialmente seriam publicadas em 19 de março.

Em fato relevante encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Braskem não forneceu uma nova data para publicação do balanço, mas o **Valor** apurou que a publicação pode ocorrer nos próximos dias.

Neste momento, a KPMG, que será substituída pela Grant Thornton na prestação de serviços de auditoria dos números de 2020 e 2021, ainda estaria

avaliando alguns dados de exercícios anteriores a 2019, mais especificamente 2017 e 2018, segundo fontes.

A Braskem havia adiado para o dia 30 de março, após o fechamento do mercado, a divulgação dos resultados trimestrais. O balanço não foi publicado e, conforme o **Valor** apurou, os esforços estavam direcionados para que a publicação ocorresse ainda ontem, o que não se confirmou.

No fato relevante, a Braskem informou que “seguirá envidando seus melhores esforços para finalizar os trabalhos de elaboração de suas demonstrações financeiras de 2019 com a maior brevidade possível”. “E avaliará as eventuais medidas cabíveis a serem adotadas em função da publicação da Medida Provisória nº 931 de 30 de março de 2020”, acrescentou.

A persistência do ciclo de baixa no setor petroquímico deve ter levado a companhia a registrar piora importante nos resultados do quarto trimestre, segundo analistas que acompanham a indústria. No intervalo, os spreads - diferença de preços em relação à matéria-prima - do polietileno (PE) e do polipropileno (PP) se mantiveram em declínio e deixaram marcas negativas na rentabilidade dos produtores de maneira geral.

Como resultado do ambiente ainda desafiador, Safra, Santander e UBS projetam prejuízo líquido médio de R\$ 513 milhões para a Braskem no quarto trimestre, mais de seis vezes maior que a perda de R\$ 78 milhões apurada no mesmo período de 2018. Para a receita líquida da petroquímica, Safra e UBS preveem, na média, baixa de 14% na comparação anual, a R\$ 12,7 bilhões. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) deve ter recuado 41% na mesma comparação, a R\$ 1,12 bilhão, com base na média das projeções dos três bancos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Stella Fontes — De São Paulo

Título: Petróleo tem queda de 66% no 1º trimestre

A pandemia do novo coronavírus levou o barril do Brent no primeiro trimestre a cair 66%. A queda maior ocorreu em março, quando começaram as medidas mais restritivas de isolamento social na maioria dos países. No mês passado, o primeiro contrato do Brent fechou a US\$ 22, recuo de 55% no mês.

“Em março, ocorreu uma das maiores quedas da história no preço do Brent. Primeiro, vimos a deterioração significativa de demanda com o agravamento da pandemia, mas não se sabia como tudo isso iria atingir a Europa e Estados

Unidos. Muitos países adotaram, no primeiro momento, isolamento vertical. O próprio [Donald] Trump estava otimista, mas isso mudou rápido e quarentena forçada em vários lugares fez a demanda por commodities energéticas despencar”, disse o analista de petróleo e energia da XP Investimentos, Gabriel Francisco.

E para completar, em março ainda ocorreu um desentendimento dos países produtores de petróleo. Na reunião da Opep+, ficou decidido cortes adicionais de produção, a meta era produzir 1,5 milhão de barris dia a menos além da cota já acertada com cada membro. No entanto, a Rússia não aceitou essa medida, o que fez a Arábia Saudita sair do acordo e aumentar a produção. “O pano de fundo era que a Rússia via oportunidade de desestruturar a produção de gás xisto dos EUA. Ao longo do mês a queda da demanda foi tão abrupta que o esforço da Opep ia ser pouco significativo”, avaliou Francisco.

Segundo ele, o cenário atual é de superestocagem no mundo com a queda forte da demanda após as restrições de circulação da população. “O mundo consome, em épocas normais, 100 milhões de barris por dia, estima-se queda de 15 milhões a 20 milhões de barris/dia no pico de crise. Então, cria-se um cenário, de queda forte da demanda, recuo dos preços dos derivados, a necessidade de redução da produção nas refinarias e aumento dos estoques. Não há capacidade física de estocagem, muitas empresas estão contratando navios petroleiros para servirem de armazéns. A curva futura dos preços já inclui esse aumento de custos com os estoques”, disse Francisco. Os contratos para junho são negociados a US\$ 26.

Já os preços do minério de ferro, que vêm resistindo mais que outras commodities minerais à pressão negativa da pandemia, seguem relativamente blindados pela menor oferta global. Por isso, encerraram o primeiro trimestre com desvalorização acumulada de 9,6%, mas ainda acima dos US\$ 83 por tonelada. Em março, a queda foi de 0,8%, com a leitura de que restrições ao escoamento, por causa da quarentena em diversos países, pode compensar a demanda menos ativa.

Além disso, os primeiros dados relativos à economia da China, maior produtora mundial de aço, após o pior momento da pandemia surpreenderam, com avanço da atividade industrial e de serviços acima do esperado. Em março, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria subiu a 52, frente a 35,7 em fevereiro, enquanto o de serviços passou de 29,6 para 52,3, ampliando a expectativa de recuperação econômica mais rápida no país.

De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério de ferro com pureza de 62% subiu ontem 0,4% no porto chinês de Qingdao, para US\$ 83,32 por tonelada. Na bolsa de mercadorias de Dalian, os contratos de minério

mais líquidos com entrega em maio também foram impulsionados pela avaliação de que a recuperação econômica na China poderá ser rápida e subiram 0,9%, para 650,50 yuans por tonelada.

Mas a leitura de que a oferta restrita por causa da quarentena pode compensar o consumo global mais fraco não é unânime. Em relatório do início da semana, o Goldman Sachs reduziu a US\$ 70 por tonelada a estimativa para o preço do minério no segundo trimestre, frente a US\$ 79 anteriormente, justamente por causa da pandemia. Para o terceiro trimestre, o corte foi maior: US\$ 75 por tonelada da projeção atual, contra US\$ 90 inicialmente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima — Do Rio e São Paulo

Título: Governo apoia técnicos para CCEE e ONS

Nos próximos dois meses haverá uma verdadeira dança das cadeiras em cargos importantes das autoridades do setor elétrico brasileiro. Em abril, terminam os mandatos de três integrantes do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No mês seguinte, pode haver a troca em três diretorias do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Para as vagas da CCEE, as escolhas deverão ser feitas por agentes do setor. Já no ONS, a principal indicação, para a diretoria-geral, será definida pelo Ministério de Minas e Energia (MME). As outras duas vagas disponíveis devem ser indicadas pelos agentes. As três indicações, porém, precisam passar pelo crivo do conselho de administração do operador. O **Valor** apurou que, até o momento, os nomes cogitados para a diretoria-geral são de perfil técnico, com experiência no setor elétrico. Com relação às demais indicações, o MME tem sinalizado a interlocutores que não vai interferir nas escolhas.

Entre os mandatos que terminam em maio no ONS está o do diretor-geral do órgão, Luiz Eduardo Barata. Como ele está em seu primeiro mandato, porém, ainda cabe recondução, se for do interesse do governo. Na CCEE, também há a possibilidade da recondução de Talita Porto, conselheira da instituição em primeiro mandato, que preenche vaga destinada ao setor de geração - essa hipótese é considerada como a mais provável, já que os agentes não têm falado em outros nomes para a posição.

Entre as vagas certas que terão que ser substituídas na CCEE estão a da vice-presidente do conselho, Solange David, indicada pelo setor de distribuição de energia, e de Ary Pinto Ribeiro Filho, eleito pelo segmento de comercialização. Ambos foram eleitos em 2014, após a saída de Paulo Born e Luciano Freire, que deixaram os cargos na ocasião em meio à solução escolhida pelo governo, na época, de utilizar a CCEE para obter financiamento para socorrer as distribuidoras, durante a crise energética daquele ano. Em 2016, Solange e Ary foram reeleitos.

No ONS, estão no fim do segundo mandato Francisco José Arteiro de Oliveira, diretor de Planejamento, e Álvaro Fleury Veloso da Silveira, diretor de Tecnologia da Informação (TI), Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios.

Com relação à diretoria-geral do operador, as possibilidades mais comentadas são a recondução de Barata para o cargo ou a indicação de Arteiro, que deixará a diretoria de Planejamento do órgão, ou de Sinval Gama, atual diretor de Operações do ONS.

Ainda no operador, para a vaga da diretoria de Planejamento, estão cotados os nomes de Roberto Fontoura, assistente da diretoria-geral, Fernando França, assistente da diretoria de Planejamento, Alexandre Zucarato, especialista em estratégia e inovação da Engie Brasil Energia (EBE) e Rafael Ferreira, ex-assessor técnico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que atualmente ocupa uma gerência na elétrica fluminense Light.

Para a vaga na diretoria de TI, a maior probabilidade é uma solução caseira, com a indicação de Marcelo Prais, assessor da diretoria-geral do ONS.

A dança das cadeiras pode ter ainda um nó. Isso porque outro nome cogitado para ocupar uma das diretorias do ONS é justamente o de Ary Pinto Ribeiro Filho, que deixará o conselho de administração da CCEE.

Na câmara, tudo indica que a vaga de Ary será preenchida por Marcelo Loureiro, diretor de Energia na Associação Brasileira dos investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), por meio de uma indicação em comum acordo entre comercializadoras e grandes consumidores de energia. Essa indicação já foi, inclusive, apresentada pelas associações ao MME em uma reunião virtual “protocolar” realizada nesta semana. Para a vaga de Solange David, o principal nome é o de Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidores

de Energia Elétrica (Abradee), dado que o cargo é de indicação das distribuidoras.

No caso da CCEE, já se discute realizar uma assembleia remota, com votação virtual, para a eleição dos conselheiros. A ideia foi apresentada pela própria câmara, que já tem se movimentado para garantir a viabilidade e a legalidade de uma eleição nesse formato. Dada as preocupações com um possível agravamento da epidemia, entende-se que esse seria o melhor caminho - até porque, se não houver assembleia, a tomada de decisões na instituição poderia ficar “paralisada”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Usinas produzem álcool para hospitais públicos

Um dos primeiros setores a se mobilizar em ações de solidariedade para combater o avanço de casos da covid-19 no país foi o sucroalcooleiro. O segmento se articulou para conseguir autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para produzir o álcool com 70% de concentração a partir do etanol que já é fabricado nas usinas e doá-lo ao SUS e diversos órgãos públicos.

Logo após a Anvisa autorizar as indústrias sucroalcooleiras a produzirem o álcool antisséptico, em 19 de março, as usinas começaram a diluir o etanol de seus estoques e o que estava em produção. O produto, com concentração de álcool de mais de 90%, é diluído em água desmineralizada até chegar à concentração de 70%, a recomendada pelas autoridades para realizar a higienização apropriada contra o novo coronavírus. Segundo a agência, não são eficientes concentrações inferiores a esta, como 46%, nem superiores a 90%.

O Fórum Nacional Sucroenergético, que representa usinas sobretudo do Centro-Oeste, organizou as associadas para produzir e doar, até o momento, 1,6 milhão de litros de álcool 70%, enquanto a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa usinas em todo o Centro-Sul, contabilizou, até o momento, a doação de 1 milhão de litros por meio de suas associadas.

O Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), anunciou a doação de 55 mil litros de álcool 70%, que será produzido em 11 das 12 usinas do Estado, para atender à necessidade indicada pelo governo estadual.

Nas doações coordenadas pelo Fórum, alguns carregamentos estão sendo entregues diretamente a estabelecimentos, como hospitais e presídios, afirma André Rocha, presidente da organização. Em outros casos, as usinas estão realizando acordos com revendedoras de bebidas para a realização do transporte e envasamento dos produtos em frascos individuais, de 450 mililitros.

No caso das doações coordenadas pela Unica, há cargas sendo entregues até pontos indicados pelas secretarias de Saúde de cada Estado, onde ocorre o processamento industrial para a transformação em gel ou envase da solução líquida.

Para viabilizar o transporte do produto, que é altamente inflamável, a Unica fechou parceria com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) e a Associação Brasileira de Transporte e Logística de Produtos Perigosos (ABTLP). As distribuidoras se comprometeram a doar o diesel necessário para o transporte do álcool 70% e os transportadores colocaram à disposição seus próprios veículos para o deslocamento.

“Vivemos um momento que demanda união e criamos uma verdadeira operação de guerra para superar os desafios impostos pela covid-19 e contribuir com diversos estados do país”, disse Evandro Gussi, presidente da Unica.

Várias empresas do setor estão anunciando doações nos últimos dias. A Cosan começou a realizar doações para hospitais da rede pública da Grande São Paulo, onde se concentram boa parte dos casos de coronavírus no país. E, agora, também passou a doar para hospitais e unidades de saúde de outros Estados, como Goiás, Paraná e Minas Gerais. A Raízen, sua joint venture com a Shell, destinou tambores de álcool para limpeza e higienização de prefeituras e penitenciária em São Paulo e a forças policiais paulistas e fluminenses. Até o momento, a Cosan e suas controladas doaram 380 mil litros de álcool 70%.

O grupo São Martinho, que possui quatro usinas no Centro-Sul, fechou uma parceria com a Natura &Co América Latina para fornecer gratuitamente 150 mil litros de álcool 70%, que serão processados envasados na fábrica da Avon, localizada na capital paulista, e doados para a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

A Copersucar, maior cooperativa de usinas do país, comprometeu-se, até agora, com a doação de 230 mil litros de álcool 70% a unidades de saúde de quatro Estados. O grupo informou que, através da Usina Santa Adélia, de Jaboticabal (SP), doará 50 mil litros à prefeitura de Santos, onde tem um terminal de exportação de açúcar.

A Atvos, braço sucroalcooleiro da Odebrecht e que está em recuperação judicial, anunciou a doação de 160 mil litros de álcool 70% para instituições de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Empresas de menor porte como Jalles Machado, Usina São João, Usina Decal, de Rio Verde (GO), e o grupo Zilor também integram a iniciativa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2020

Seção: Política

Autor: Carolina Freitas — De São Paulo

Título: Presidente está louco, diz líder de caminhoneiros

Liderança nacional dos caminhoneiros, Wanderlei Alves, o Dedeco, de 45 anos, roda há três dias pelo Nordeste do país com os dois pulmões tomados por uma pneumonia. “Deu negativo para covid-19”, avisa. Antes do teste, porém, com febre, tosse e falta de ar, Dedeco passou, por recomendação médica, dois dias confinado na boleia do próprio caminhão, no pátio do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Gurupi (TO). Em entrevista ao **Valor**, o caminhoneiro critica o presidente Jair Bolsonaro por agir contra o isolamento social e por se omitir de dar suporte ao trabalho da categoria.

“Bolsonaro está louco. Não tem outra explicação para o comportamento dele”, afirma Dedeco. “Não se pode salvar a economia empilhando corpos. Como assim ele diz que só idosos morre de coronavírus? ‘Só’ idoso? A vida do idoso vale menos?”

O caminhoneiro do Paraná foi umas lideranças da greve de 2018, que parou o país por 10 dias. Nos primeiros meses de governo Bolsonaro, em abril do ano passado, Dedeco conquistou espaço no Planalto em meio a negociações para evitar uma nova paralisação. Participou de reuniões e de eventos oficiais. Tornou-se interlocutor do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, por WhatsApp. Liderou o apoio de caminhoneiros em todo o país em maio do ano passado a atos pró-governo. Só em Curitiba, onde mora, Dedeco reuniu uma centena de caminhões com faixas verde e amarelas em carreata a favor de Bolsonaro e da reforma da Previdência.

O relacionamento com Brasília se enfraqueceu diante da percepção de Dedeco de que o governo não cumpria o que prometia aos caminhoneiros. O rompimento, porém, veio com a eclosão da crise do coronavírus, nas últimas duas semanas. No dia 25 de março, acredita Dedeco, Tarcísio Freitas o bloqueou no WhatsApp. “Ele nunca mais me respondeu, e a foto dele sumiu do zap”, conta. “Na última conversa que tivemos, dias antes de ele me bloquear, eu falei:

‘Tarcísio, não adianta dar álcool e mascarinha pra caminhoneiro. Precisa levar atendimento de saúde pra estrada’.”

A proposta de Dedeco é que o governo federal instale nas rodovias, a cada 300 quilômetros, postos de atendimento para os caminhoneiros que tenham sintomas de covid-19. Nesses hospitais de campanha, estariam disponíveis testes rápidos para a doença e, se houvesse necessidade de isolamento, o trabalhador ficaria em um espaço reservado na tenda. “Sabemos que o SUS já está sobrecarregado nas cidades, por isso é preciso um apoio na beira da estrada para a categoria.”

Ao se sentir mal no Tocantins, na semana passada, Dedeco foi atendido no Hospital Regional de Gurupi. Segundo ele, primeiro o médico disse que o protocolo era não fazer teste para covid-19 e mandou que ele ficasse em isolamento. Sem outra opção, Dedeco se confinou no caminhão. Com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal, conseguiu outra consulta, um teste rápido, que deu negativo, e um raio-x, que apontou a pneumonia.

“Já fiquei ruim na estrada antes. Se fosse outra época, eu nem ia no SUS. Eu deitava, descansava um pouco no caminhão e seguia viagem, mas, com coronavírus aí, tem que cuidar pra não contaminar os colegas”, diz. Preocupação que, para Dedeco, Bolsonaro não teve desde que voltou dos Estados Unidos em uma comitiva em que 23 pessoas foram diagnosticadas com covid-19. “Como pode o presidente, sabendo dos riscos, convocar manifestação, sair dando a mão para o povo?”, questiona o caminhoneiro.

“Estou vivendo na pele o que é estar na estrada e totalmente desassistido. O caminhoneiro vai continuar trabalhando, não importa quão ruim fique a crise do coronavírus, mas precisamos ter apoio do governo”, diz.

Ainda com o caminhão cheio de carga, a ser entregue em cidades do Maranhão, Piauí e Ceará, Dedeco volta para casa no início da semana que vem. Por enquanto, está fazendo tratamento com antibiótico e usando máscara.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/04/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA NUNES, AMANDA PUPO, FERNANDA GUIMARÃES E CIRCE BONATELLI

Título: Coronavírus castiga a Petrobrás em Nova York

Coluna do Broadcast

A Petrobrás é a petroleira que mais está sendo castigada pelo coronavírus entre as gigantes do setor. Em um ambiente no qual, além da pandemia, a cotação do barril apresenta queda livre, o valor de mercado da empresa na Bolsa de Nova York despencou 57% em um mês, até a última sexta-feira. São cerca de 30 pontos percentuais a mais de queda em relação à da Shell (que encolheu 25,8%) e da Exxon (com retração de outros 25,8%). A chinesa Sinopec foi a menos afetada (-8%). Os dados são do Instituto Nacional de Estudos Estratégicos de Petróleo (Inep). Segundo Rodrigo Leão, diretor técnico do Inep, a estratégia da Petrobrás de se concentrar na exploração e produção de petróleo – enquanto as concorrentes diversificam o investimento – ajudou a penalizar a estatal. Isso porque ela ficou mais suscetível às oscilações do preço do petróleo.

» Gestão. O grande peso da Ásia, região mais afetada pelo Covid-19 nesse período de um mês, nas exportações da Petrobrás também ajudou no quadro. Para o especialista, a cotação do barril permanecerá volátil neste ano, o que vai exigir das grandes petrolíferas flexibilidade na gestão dos ativos. Para ele, as que atuam de forma verticalizada deverão ter mais possibilidades de lidar melhor com a crise.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/04/2020

Seção: Opinião

Autor: Pedro Fernandes e Guilherme Bellotti

Título: Agronegócio: ainda bom, mas com riscos

Vivemos mais um ano de boas perspectivas para a geração de renda do agro brasileiro, porém não devemos desconsiderar os potenciais impactos da pandemia de covid-19. A piora do ambiente de negócios fez com que a maioria das instituições revisasse suas projeções apontando para uma forte desaceleração da economia global. Embora menos danoso para o agronegócio – já que se argumenta que a demanda por alimentos seguirá firme –, este cenário de retração atrelado às incertezas em relação à efetividade das medidas de contenção da doença afeta diretamente algumas cadeias e traz riscos adicionais para o setor.

Nesse sentido, o setor sucroenergético e a cultura de algodão se destacam. No caso do primeiro, a queda das cotações do petróleo sugere preços do etanol hidratado na usina em patamares abaixo de R\$ 1,50/litro na safra que se inicia. Com isso, a atratividade do biocombustível cai e aumenta a produção do açúcar, o que, por sua vez, afeta o valor do adoçante. Ademais, uma restrição prolongada à movimentação de pessoas deve reduzir drasticamente o consumo do biocombustível no curto prazo.

Para o algodão, a combinação entre os módicos preços do petróleo e, consequentemente, da fibra sintética, aliada à desaceleração da economia, fez com que o valor da pluma caísse radicalmente na Bolsa de Nova York. Quanto aos riscos comuns a todo o setor, o primeiro deles – e de curtíssimo prazo – é uma possível desaceleração da logística de exportações, a reboque da redução do deslocamento de pessoas para minimizar a propagação da doença tanto no Brasil quanto nos destinos. Isso pode alterar a programação de embarques e alongar o ciclo de caixa de quem depende das vendas internacionais, bem como tende a levar a uma redução de liquidez para a comercialização de produtos no spot.

Se o possível problema logístico se estender, as importações de fertilizantes e princípios ativos de defensivos poderão ser impactadas, aumentando o risco das entregas de tais insumos para a safra 20/21. Não se pode descartar, também, que o enfraquecimento da economia global pode alterar o crescimento esperado das exportações de carnes do Brasil. Embora a expectativa seja de mais um excelente ano de vendas para a China, na esteira da queda drástica de produção por causa da febre suína africana, outros importantes destinos, como o Oriente Médio, a África e a União Europeia, podem ser menos demandantes.

No Brasil, a desaceleração da economia deve minimizar a recuperação do consumo de combustíveis quando o trânsito de pessoas voltar à normalidade, bem como afetar a demanda por produtos alimentícios mais sensíveis à renda, caso de cortes do traseiro do boi e produtos processados. Por fim, este ambiente de incertezas sugere que a volatilidade dos preços das commodities e da taxa de câmbio seguirá alta, o que implica mais risco para a atividade. Além disso, como observado em outras crises, períodos como este tendem a dificultar o refinanciamento, já que a percepção de risco como um todo se agrava. Diante desses riscos, é recomendável que os empresários do agro sejam prudentes em suas decisões, minimizando os impactos deste ano desafiador.

Especial atenção deve ser dada à preservação de uma boa posição de caixa, que, inclusive, deve ser maior que os níveis normais. Ter caixa em momentos de incerteza é um seguro que será essencial, caso a crise se prolongue. Aliás, deve-se buscar um patamar seguro de insumos, que podem sofrer de inconstância no suprimento, e postergação temporária dos planos de expansão. Não temos dúvidas da importância e da competitividade do agro brasileiro, mas o curto prazo demanda cautela.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/04/2020****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA****Título: 'Prioridade é sustentar operações e empregos'**

Entrevista: Marcelo Araújo / presidente da Ipiranga

Executivo diz que venda de combustível caiu 63%. Distribuidora contrata psicólogos para ajudar na adaptação de funcionários ao 'home office'

A crise provocada pela pandemia do coronavírus levou a uma queda de até 63% nas vendas de gasolina da Ipiranga, uma das maiores distribuidoras de combustíveis do país, em apenas uma semana. O presidente da companhia, Marcelo Araújo, disse que o momento é de "gestão de crise" para sustentar as operações.

Investimentos foram adiados, e a empresa concedeu prazo maior para o pagamento de obrigações dos 7.200 postos. Para ajudar os funcionários a se adaptarem ao modelo de home office, a companhia contratou psicólogos.

A pandemia já afetou a venda de combustível?

Na semana passada, as vendas de gasolina e álcool caíram 63% em relação à média esperada para uma semana de março, com a redução da circulação dos automóveis. O diesel caiu menos, cerca de 33%. O impacto nas vendas é diferente, pois estamos no meio da safra de soja e estamos começando a de cana de açúcar. Por isso, o diesel acaba tendo menos impacto. Por outro lado, houve queda muito grande de transporte urbano, que chegou a cair 70% em algumas cidades. É cedo ainda para saber se os

números vão se estabilizar nesse patamar. Nessa primeira semana, houve ajuste de estoques. Essa crise vai ter impacto muito grande no nosso resultado. Vamos administrando semana a semana, mês a mês, até termos um horizonte mais claro. Estamos fazendo gestão de crise no momento.

Os postos estão pedindo ajuda financeira?

Temos 7.200 postos em todos os estados e 2.300 lojas de conveniência. Pegamos os principais compromissos que tinham conosco, como financiamento, locação e royalties, e parcelamos para depois de junho e julho. Foi uma primeira ajuda para dar fôlego a eles. Vamos ajudar na coordenação para que possam mais rapidamente usufruir das medidas que o governo anunciou, acessando o crédito financeiro.

As ações do governo até agora são suficientes?

Vai depender muito do tempo que durar a crise. Talvez para um primeiro momento as medidas foram boas. Mas, agora, a preocupação é operacionalizar essas medidas. É como viabilizar as questões trabalhistas entre pequenos e médios empresários e fazer chegar essas linhas até os postos. Tem uma corrida contra o tempo. Se chegar tarde demais, o empresário não consegue sustentar seus compromissos. Hoje todos os nossos postos estão operando.

A Petrobras vem anunciando reduções dos preços do combustível nas refinarias, mas essa queda não chega às bombas. O que está acontecendo?

A nossa percepção é que isso é natural. A cadeia é muito longa. O mesmo acontece quando o preço nas refinarias sobe, mas não há repasse imediato. O que houve foi uma aceleração muito grande na queda dos preços nas últimas duas semanas exatamente quando o volume caiu muito. A maioria dos postos ainda está com os estoques dos preços antigos. Mas já estamos vendo os preços caindo. E, naturalmente, se os preços internacionais se mantiverem baixos, isso vai chegar ao consumidor.

Já mudaram o cronograma de investimentos?

Postergamos investimentos e despesas que não eram essenciais. O negócio de combustíveis trabalha com margens muito apertadas e uma queda de 30% a 50% inviabiliza os negócios a médio prazo. Por isso, há a necessidade de adiar alguns projetos, como abrir novo posto ou iniciar obra de construção de terminal. Estamos adiando por pelo menos três meses novos investimentos. Nesse momento a prioridade é sustentar as operações existentes e os empregos. Não temos plano de alterar o quadro de pessoal.

Que mudanças fizeram por causa do home office?

Temos 2.750 funcionários. Colocamos 90% em home office em uma semana. Antes da crise, se você me perguntasse se seria possível fazer isso, eu diria que seria impossível. E fizemos isso sem ruptura na produtividade.

Estamos alugando equipamentos e aumentando a capacidade de conexão. Funcionou perfeitamente. Fazemos pesquisas diárias com protocolo de check-in e check-out para manter as pessoas ativas e engajadas. Uma coisa muito importante foi a contratação de apoio psicológico para os colaboradores que estão com dificuldade de se adaptar a esse novo momento. É um novo modo de trabalhar e é para enfrentar esses tempos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/04/2020****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: No tempo das cavernas**

Há um temor de que o consumo de petróleo caia 25% no mundo este ano. A aviação despencou. O preço do Wyoming Asphalt Sour, um petróleo pesado americano usado para fazer asfalto, chegou a US\$ 0,19.

Ou seja: com os tanques cheios, as companhias praticamente estavam cobrando dos produtores para evacuar o produto.

O Brasil — onde uma das lutas mais gloriosas das últimas décadas foi a autossuficiência de petróleo — fez, pasmem, um corte de 100 mil barris/dia na produção. Mesmo assim, o parque de estocagem de combustível nacional não é suficientemente grande para aguentar uma queda brutal de consumo.

Nesse caso.

Talvez, em algum momento, coloque-se em pauta a necessidade de fazer como EUA, Alemanha, Rússia e outros — e armazenar em... cavernas.

MME / ASCOM .